



Brasil x México

» JÚLIO MIRAGAYA

Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) e conselheiro do Conselho Federal de Economia

Brasil e México, embora separados por milhares de quilômetros, são países com muitas afinidades. Brasileiros e mexicanos são povos irmãos e não nos sai da lembrança a festa que fizeram em 1970, quando o Brasil sagrou-se tricampeão mundial de futebol. Esses são também os dois mais populosos países da América Latina, com 200 e 120 milhões de habitantes, respectivamente, e as duas maiores economias da região, com PIB de US\$ 2,25 trilhões e US\$ 1,4 trilhão, representando, conjuntamente, quase 60% do PIB total latino-americano.

O México, como o Brasil, tem a história marcada por momentos trágicos. Se aqui tivemos os portugueses massacrando milhões de indígenas e trazendo mais de 5 milhões de africanos na condição de escravos, o México vivenciou a tragédia do massacre perpetrado pelos colonizadores espanhóis, liderados por Hernán Cortés, que aniquilou o Império Asteca e dizimou mais de 8 milhões de nativos.

Mas o que nos distingue mais fortemente da realidade mexicana talvez seja a distância física da maior potência mundial, os Estados Unidos. A proximidade com os EUA marcou profunda e tragicamente a história mexicana. Já país independente, livre do domínio colonial espanhol, o México teve surrupiado pelos norte-americanos, entre 1837 e 1853, nada menos que 55% de seu território, ou 2,41 milhões de km², o equivalente a mais da metade da área ocupada pelos 28 países que formam a União Europeia. De uma nação com 4,38 milhões de km², passou a pouco mais de 1,97 milhão de km².

Sucederam-se outros momentos trágicos no México: a intervenção francesa e a humilhação da imposição do imperador Maximiliano de Habsburgo, entre 1864 e 1867; a ditadura sanguinária de Porfirio Díaz, entre 1876 e 1911, e a Revolução Mexicana de 1910, liderada por Emiliano Zapata e Pancho Villa, vitoriosa em 1917, que promoveu ampla reforma agrária no país, mas deixou um saldo de 1 milhão de mortos.

A partir de janeiro de 1994, iniciou-se uma nova fase, com o México passando a integrar o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta, na sigla em inglês), com os EUA e o Canadá. Nesse período, o México tem sido

utilizado pelo imperialismo norte-americano como espécie de aríete contra os demais países latino-americanos que buscam caminho próprio, sem a tutela dos EUA, tendo sido um dos maiores incentivadores da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), refutada na 4ª Cúpula das Américas, realizada em 2005 em Mar del Plata. Recentemente, formou com países sul-americanos que seguem a cartilha econômica liberal (Colômbia, Chile e Peru) a Aliança do Pacífico, para se contrapor à proposta brasileira de formação da União das Nações Sul-americanas (Unasul).

O distanciamento político de Brasil e México só tem se acentuado. Nesses 20 anos, a submissão da economia mexicana aos EUA aprofundou-se intensamente. Mais de 80% de seu comércio exterior é realizado com os EUA. Em 2009, quando a economia dos EUA caiu 2,4%, reflexo da crise iniciada em 2008, a mexicana despencou 6,2%.

Se comparamos o desempenho das economias brasileira e mexicana a partir de 2003, quando Lula assumiu o governo e o México aprofundou o receituário liberal, com Vicente Fox, a disparidade é gritante. A economia brasileira cresceu 45,44% nesses 11 anos, enquanto a do México cresceu

30,71%. Em 2013, o Brasil cresceu 2,3%, o dobro do México (1,1%). A participação dos salários na renda é de 45% no Brasil e de 29% no México. Nesse período, o Brasil criou 16 milhões de novos empregos formais; o México, apenas 3,5 milhões. Em 2013, o Brasil criou 1,4 milhão de empregos; o México, meros 200 mil. O Brasil reduziu a pobreza absoluta a 15,9% da população; no México, houve aumento para 51,3%.

Não obstante o desempenho sofrível, o México é tido como o "queridinho do mercado", e o Brasil, o "patinho feio". O curioso é que se os elogios ao modelo neoliberal mexicano são fartos, na hora dos capitalistas investirem seus dólares, parecem preferir o Brasil, onde os investimentos estrangeiros diretos saltaram de US\$ 16,6 bilhões em 2002 para cerca de US\$ 70 bilhões em 2012, enquanto, no México, refluuiu de US\$ 24 bilhões para US\$ 15,5 bilhões no mesmo período.

Se o modelo liberal mexicano teve desempenho tão inferior ao modelo "intervencionista e estatizante" brasileiro, a que se devem os elogios do mercado ao modelo mexicano? Seria um ato de má-fé, de fundamentalismo ideológico ou uma estratégia de isolamento do Brasil no cenário internacional?

Falando sério sobre automedicação

» NELSON MUSSOLINI

Presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma) e membro do Conselho Nacional de Saúde

Pesquisa recente em 12 capitais do país reaviva o debate sobre os riscos da automedicação. Segundo o estudo, 76,4% dos brasileiros se automedicam e um terço desse contingente afirma não seguir orientação de médico ou farmacêutico para definir a dosagem.

O ponto recorrente suscitado pela pesquisa — que causa estranheza — é a crítica genérica e superficial de alguns médicos e farmacêuticos à automedicação, como se ela fosse condenável em si.

Na verdade, praticar a automedicação não é nenhum absurdo. É um procedimento recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como meio eficaz de cuidar de indisposições leves, desde que feito com responsabilidade e segundo as indicações do produtor.

Em todo o mundo, os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP) são adequados ao tratamento de sintomas e males menores, como dores e resfriados, porque seus princípios ativos estão bem abaixo das doses tóxicas.

Além disso, os MIPs desoneram os sistemas públicos e privados de saúde, liberando recursos para casos que demandam mais atenção. Algo desejável num país com ainda tantas carências nesta área como o nosso.

De todo modo, é fato que, a par dos benefícios que traz à qualidade de vida e longevidade dos indivíduos, todo medicamento oferece riscos potenciais e deve ser consumido de forma consciente. Por isso, reforçar a vigilância dos produtos disponíveis no mercado é uma meta permanente para reduzir as reações adversas a medicamentos.

Nessa categoria estão reações orgânicas de diferentes origens e intensidades, que podem estar associadas a diagnósticos, tratamentos, dosagens, sensibilidade dos indivíduos etc. e não são necessariamente graves.

Muito se fala da automedicação como principal fonte de intoxicação, mas os levantamentos disponíveis no Brasil indicam que, embora seja de fato um hábito arraigado, como atesta a referida pesquisa, o consumo de medicamentos sem orientação médica não é um problema grave de saúde pública no país. O brasileiro tampouco consome medicamentos em excesso.

No Brasil, a automedicação provocou 1% dos 98.765 casos de intoxicação por agentes tóxicos diversos (agrotóxicos, produtos de limpeza, animais peçonhentos etc.) registrados em 2011 (estatística mais recente). Esse percentual é equivalente às intoxicações por alimentos e agrotóxicos.

E, ao consultar o quadro de mortes por intoxicação naquele ano, constata-se que a automedicação provocou um único óbito, ante as oito mortes resultantes de acidentes com agrotóxicos e as duas motivadas pelo uso inadequado de cosméticos.

Esses dados são do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), ligado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), principal instituição responsável pela coleta, compilação, análise e divulgação dos casos de intoxicação e envenenamento notificados no país.

O grande problema sanitário relacionado ao consumo de medicamentos é outro.

Este, sim, relevante: a compra com relativa facilidade nas farmácias e pontos de venda não autorizados de medicamentos de tarja vermelha ou preta sem a exigência da receita médica. Uma prática ainda corriqueira no Brasil, que muitos atribuem às deficiências de atendimento dos sistemas de saúde público e privado.

Seja como for, essa é a verdadeira questão a ser enfrentada. É preciso que a dispensação de medicamentos tarjados siga o mesmo controle rigoroso imposto à indústria farmacêutica nas etapas de pesquisa, produção e distribuição.

Se o problema maior é cultural, como disse um líder dos farmacêuticos, que se mudem os hábitos dos brasileiros. Afinal, não aprendemos a usar o cinto de segurança nos veículos e a não fumar em recintos fechados?

A adesão da sociedade a esses novos costumes, de grande impacto na saúde pública, exigiu processos firmes e contínuos que mesclaram medidas educativas e punitivas. O mesmo terá de ser feito no caso da venda de medicamentos potencialmente mais tóxicos.

A redução dos acidentes com medicamentos requer a educação de pacientes, o aperfeiçoamento das práticas clínicas e uma fiscalização mais atenta por parte das autoridades sanitárias. Tarefa que cabe a médicos, farmacêuticos, hospitais, empresas e órgãos reguladores.

De sua parte, a indústria farmacêutica reafirma seu compromisso permanente em aperfeiçoar práticas que protejam a população e ampliem a segurança no uso de medicamentos.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.dfgdabr.com.br

CPI aparelhada

Rolando ladeira abaixo do ranking das maiores empresas do mundo, a Petrobras, que a presidente Dilma afirma, em palanques, defender da sanha privatista da oposição, já foi a 12ª em importância entre os gigantes e hoje amarga a 120ª posição. Somente esse dado genérico deveria despertar, de imediato, o interesse investigativo do parlamento na apuração de tamanha disparidade. Trata-se de empresa que, ao longo de seus 60 anos, sempre foi citada, pelos políticos principalmente, como patrimônio e orgulho do povo brasileiro. O estouro, em cascata, dos escândalos de corrupção que se seguiu motivou, com atraso, a instalação de uma CPI no Senado que tem tudo para dar em nada. Completamente aparelhada por membros do governo, a comissão, que já foi chamada de "comissão entre amigos", prepara terreno apenas para fazer um mise-en-scène para os eleitores, ao mesmo tempo em que abre um flanco para fustigar a oposição com acusações variadas. Com essa manobra, o Poder Legislativo desperdiça mais uma excelente oportunidade de fazer valer suas prerrogativas constitucionais, mostrando a tão propalada independência com relação ao Executivo. Ao adotar uma composição de acordo com o figurino proposto pelo Palácio do Planalto, o Legislativo corre o risco de, à semelhança de Dilma, dar um tiro no próprio pé.

» A frase que não foi pronunciada:

“Estudos recentes indicam que apenas três pessoas sofrem com a crise econômica no Brasil: eu, tu, ele.”

Dona Dica

Fácil, fácil

» PEC 51. É o Projeto de Emenda Constitucional nº 51, do senador petista Lindberg Farias. Por trás da defesa da liberdade do profissional, a ideia é liberar os trabalhadores em segurança pública para a sindicalização e, como consequência, assegurar o direito de greve. Se os sindicatos pagassem impostos para ter segurança, talvez mudassem de ideia.

Retrô

» Falta aos brasileiros a prática da conceituação. Dizem que essa foi premiada em universidade da Austrália. “Politicamente correto é uma doutrina sustentada por uma minoria iludida e sem lógica que foi rapidamente promovida pelos meios de comunicação e que sustenta a ideia de que é inteiramente possível pegar a sujeira pelo lado limpo”.

Fim do caju

» Missiva de Humberto Pellizzaro explica o preço do caju e pede a atenção do governo brasileiro para o fenômeno da castanha. Conta que o Brasil, que foi um dos maiores exportadores de castanha de caju, hoje importa o produto da África do Sul. O Ceará praticamente não produz mais castanha, pois os cajueiros estão velhos, improdutivos e sofridos pelos desequilíbrios climáticos. A notícia corria na Feira da Associação dos Supermercados do Estado

de São Paulo (Apas), realizada semana passada na capital paulista. Em consequência, os preços da castanha de caju triplicaram e a qualidade baixou.

Conectados

» Sr. Morosini, da Prefeitura do Lago Norte, tem ótima opção para quem quiser baixar a guarda e aprender a lidar com o computador. Professores preparados para atender iniciantes estarão à disposição de quem quiser barrar os netos cibernéticos. É só ligar para a prefeitura: 3368-7785.

Piratas

» Por falar nisso, mais uma dica para não infectar seu computador. Nunca abra e-mail que chega com a mensagem dizendo que é necessário mudar sua senha digital de acesso. Nem banco nem cartão de crédito enviaria uma correspondência dessas por e-mail.

Outra visão

» David Francisquini divulga texto em que mostra as famílias como células constitutivas da sociedade. “Quando estão sadias, a sociedade se ordena. Quando não, o corpo social fica comprometido, com reflexos em todos os campos da atividade do homem.” Cita Plínio Correa de Oliveira, que, na obra *Revolução e contrarrevolução*, que ela “visa destruir toda uma ordem de coisas legítimas, a fim de substituí-la por uma situação ilegítima”.

» História de Brasília

O resultado do inquérito no Hospital Distrital prova que não houve superfaturamento nem importação de material desnecessário. Nós, que temos acusado o sr. Ernesto Silva, divulgamos esta nota com muita satisfação, porque seu nome sempre foi envolvido nesses acontecimentos. (Publicado em 16/7/1961)